MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES

27 3357-7500

ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA DE ENSINO TÉCNICO

11 de dezembro de 2019

No dia onze de dezembro de dois mil e dezenove, às nove horas, reuniu-se a Câmara de Ensino Técnico, via webconferência, sob a Presidência do Diretor de Ensino Técnico, o senhor Sérgio Nery Simões, com a presença dos seguintes membros: Anderson William Dominghetti, Marisa Cruz Coser, Edilson Luiz do Nascimento, Lidiane Leite Vasconcelos, Fernanda Zanetti Becalli, Alex Canal Freitas, Jardel Merlim Faria, Flávio Palhano Fernandes, Ivanete Tonole da Silva, Marcos Antônio de Jesus, Marianna Fontes Leal, Édiron Natallli Gomide, Marcelo Mendonça Vieira, Charles Moreto, Márcio Almeida Có, Jean Pierre de Oliveira Bone, Maíra Maciel Mattos de Oliveira, Daniel Lanna Peixoto, Jacyara Conceição Rosa Mardgan e Adelson de Azevedo Moreira. Convidados: Mauro Silva Piazzarollo, Mara Cristina Ramos Quartezani, Diego do Nascimento Rodrigues Flores, Mario Dellacqua Neto, Walber Beltrame, Maria Aparecida Silva de Souza, Caroline Araujo Costa Nardoto, Adriana Silva Fleischmann Gava, Gabriel Pinto Guimarães, Renato Chaves Oliveira, Elisangela dos Santos de Oliveira, Julio César Madureira Silva e Cybele Barbosa Brahim. O Diretor de Ensino Técnico, Sérgio Nery Simões, agradeceu a presença de todos e em seguida fez a leitura da pauta, com os seguintes pontos: **1 Informes; 2 Apreciação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho concomitante ao Ensino Médio do Campus Colatina; 3 Apreciação da Revisão do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Multimeios Didáticos subsequente ao Ensino Médio do Cefor; 4 Apreciação da Revisão do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio do Campus Ibatiba; 5 Apreciação da Revisão do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Florestas integrado ao Ensino Médio do Campus Ibatiba; 6 Apreciação da Revisão do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eletromecânica concomitante ao Ensino Médio do Campus Cachoeiro; 7 Apreciação do Projeto Pedagógico do Curso de Especialização Técnica em Desenvolvimento de Sistemas WEB com Metodologias Ágeis do Campus Serra; 8 Apreciação da Revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Qualificação Profissional em Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão integrado ao Ensino**

Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Campus Serra; 9 Apreciação do Calendário de Reuniões da Câmara de Ensino Técnico para 2020. Sérgio solicitou a retirada do item 2, apreciação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Segurança do Trabalho concomitante ao Ensino Médio do Campus Colatina explicando que o curso seria ofertado em 2020/2 e que o campus havia solicitado a retirada do item da pauta. Também foi solicitada a retirada do item 7, apreciação do Projeto Pedagógico do Curso de Especialização Técnica em Desenvolvimento de Sistemas WEB com Metodologias Ágeis do Campus Serra, a pedido do campus. Sérgio explicou que o Campus Serra havia tido alguns problemas ficando sem carga horária suficiente para alocar professores e que, em função disso, havia optado por retirar o item da pauta. A pauta foi aprovada com a retirada dos itens supracitados. Em seguida, Sérgio inverteu a ordem da pauta e abriu o **item 8**, apreciação da Revisão do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Qualificação Profissional em Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão integrado ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Campus Serra. A palavra foi passada para Diego do Nascimento Rodrigues Flores do Campus Serra. Diego fez um breve relato informando que o curso existia há 02 (dois) anos e que o campus havia percebido a necessidade de adequação do PPC. O curso funciona bem e possui baixa evasão. Diego explicou que o campus havia solicitado recentemente a alteração do quantitativo de vagas para 40 (quarenta) vagas devido à baixa evasão. Diego citou as características do público do curso destacando que os alunos tinham dificuldades para estudar e que em função disso haviam sido incluídas disciplinas destinadas a proporcionar um espaço para estudo e orientação sobre como estudar sozinho. A palavra foi passada para Mauro Silva Piazzarollo para apresentação do parecer técnico. Mauro fez a apresentação do parecer mencionando que havia 02 (dois) pontos a serem destacados. Um deles dizia respeito aos laboratórios, pois o PPC não citava os equipamentos. Outra observação referia-se à carga horária destinada à formação profissional do curso de Qualificação Profissional em Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão. Destinar um total de apenas 200 horas (em um curso de 1400 horas) para os componentes curriculares voltados à formação que leva o nome do curso é muito pouco em relação à carga horária total do curso. Mauro ressaltou que não estava dizendo que seria insuficiente, mas certamente os alunos poderiam ter uma melhor formação com uma carga horária maior. Sérgio informou que havia consultado a Assessoria Pedagógica da Pró-Reitoria de Ensino (Proen) e que fora explicado que a carga horária estava correta, pois o curso era de qualificação profissional e o aluno não saía com diploma de técnico eletricista, mas de auxiliar. Diego esclareceu que a carga horária de 200 horas era a carga horária mínima permitida pela legislação. Diego explicou que para curso Proeja com duração de 02 (dois) anos era bom manter a carga horária mínima para evitar a evasão. Quanto aos laboratórios, Diego informou que solicitaria à comissão o ajuste do texto citando os equipamentos. Sérgio informou que a parecerista pedagógica, Maria Dorotea dos Santos Silva, estava de atestado médico e fez a

apresentação do parecer. Finda a apresentação, Diego informou que o campus havia elaborado uma resposta aos pareceres técnico e pedagógico e em seguida fez a apresentação do documento. Diego explicou que a análise pedagógica feita no PPC do curso citava em vários momentos a necessidade de adequação à Resolução CS 51/2011, mas que a resolução correta para elaboração de PPC de cursos técnicos era a Resolução CS 11/2015. Diego mencionou que as respostas apresentadas seriam norteadas pela Resolução 11/2015, que era a correta. Embora o parecer recebido tenha sido todo baseado numa resolução duplamente equivocada – primeiramente, por se referir a cursos de graduação e, segundo, por estar revogada – a equipe reconhecia que o texto sempre poderia e deveria ser melhorado e apresentou a lista de itens passíveis de melhoria que haviam sido identificamos no projeto com base na resolução correta. Diego explicou que havia itens que daria para adequar e que seriam acrescentados. Quanto à bibliografia, Diego explicou que não havia necessidade de colocar os livros da base comum na biblioteca, pois eram livros gratuitos. Márcio (Campus Vitória) mencionou que era fundamental a revisão, destacou que o Ifes precisava ampliar a modalidade de oferta de EJA e parabenizou o campus. Findas as apresentações e os devidos esclarecimentos, a revisão do PPC foi aprovada. Sérgio abriu o **item 3**, apreciação da revisão do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Multimeios Didáticos subsequente ao Ensino Médio do Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor), e passou a palavra para Lidiane Leite Vasconcelos, Coordenadora do Curso. Lidiane explicou que as alterações eram basicamente voltadas para a matriz curricular e informou que haviam sido excluídas as disciplinas de Introdução à Estatística e de Educação, Sociedade e Trabalho, e incluídas as disciplinas de Jogos Educacionais e Gamificação, para dar maior ênfase às disciplinas técnicas, e Libras II. Lidiane explicou que no primeiro PPC havia a disciplina de Introdução a Libras e que a comissão tinha decido ofertar 02 (duas) disciplinas, Libras I e Libras II, com o intuito de trazer um foco para a questão da inclusão. Lidiane informou que a inclusão e a acessibilidade haviam sido priorizadas transversalizando toda a matriz curricular. Além disso, foram feitos alguns ajustes na matriz referentes à sequência das disciplinas. Lidiane mencionou que as sugestões dos pareceres eram pertinentes e que haviam sido acatadas. Em seguida, a palavra foi passada para Caroline Araujo Costa Nardoto para apresentação do parecer pedagógico. Caroline apresentou o parecer destacando que haviam sido feitas algumas pontuações no sentido de orientação e sugestão. Caroline citou as recomendações e mencionou que era importante haver o registro da demanda das últimas ofertas e a revisão da bibliografia. Caroline parabenizou a equipe pela preocupação com o acesso da pessoa com deficiência destacando que o texto estava muito bem redigido. Houve a solicitação apenas da atualização de alguns termos, conforme a legislação. Finda a apresentação do parecer pedagógico, Sérgio mencionou que o parecerista técnico, Josemar Francisco Pegorette, havia entrado em contato informando que tinha verificado que a comissão atendera todas as considerações do parecer e que recomendava a aprovação. O PPC foi aprovado. Sérgio abriu o

item 5, apreciação da Revisão do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Florestas integrado ao Ensino Médio do Campus Ibatiba, e passou a palavra para Ivanete Tonole da Silva, Diretora de Ensino do Campus Ibatiba. Ivanete agradeceu aos pareceristas e fez um breve relato explicando que o campus estava preocupado com a taxa de retenção e que objetivo da reformulação era melhorar o índice da taxa de concluintes. Ivanete informou que o Curso Técnico em Florestas teve início em 2013 e explicou que o contraturno passaria a ser apenas em 01 (um) dia da semana. Além disso, houve um rearranjo de carga horária e de conteúdos de disciplinas. Não houve perda de qualidade técnica nas disciplinas. Ivanete informou que o campus pretendia trabalhar o componente curricular de Práticas Supervisionadas em ambos os cursos de uma forma mais dinâmica e interativa atendendo ao viés da interdisciplinaridade. Outra questão priorizada é a discriminação de ações de pesquisa e extensão que têm sido prática do campus, mas não constava na primeira versão da revisão. Em seguida, a palavra foi passada para Adelson de Azevedo Moreira, Coordenador do Curso. Adelson fez um breve relato informando sobre a necessidade da revisão. Adelson destacou que a intenção era diminuir um pouco o contraturno, pois os alunos dependiam de transporte municipal e o campus não tinha condições de oferecer refeição. Adelson informou que a comissão havia atendido todas as recomendações dos pareceres. Em seguida, a palavra foi passada para Adriana Silva Fleischmann Gava para apresentação do parecer pedagógico. Adriana mencionou que havia feito a verificação de todos os pontos solicitados e observado que tinham sido atendidos e ajustados. O parecer abordou principalmente a necessidade de atendimento à Resolução nº 11/2015, pois o PPC não atendia à estrutura solicitada. Outros pontos que necessitavam de ajustes eram as legislações, diretrizes e resoluções de embasamento que precisavam ser abordadas nos projetos quanto à Educação Ambiental, Relações Étnico-raciais, Cultura Afro-brasileira, Direitos Humanos e Atendimento às Necessidades Específicas. Além disso, era importante haver o ajuste dos objetivos quanto à proposta do curso. Ajuste da matriz curricular quanto aos cálculos e atendimento ao Regulamento da Organização Didática (ROD). Adriana mencionou que a abordagem da pesquisa e extensão também havia sido atendida. Finda a apresentação, Sérgio fez a apresentação do parecer técnico. Ivanete informou que as recomendações haviam sido atendidas. A revisão do PPC foi aprovada. Para o **item 4**, apreciação da Revisão do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio do Campus Ibatiba, Ivanete informou que o curso era ofertado desde 2011 e fez um breve relato a respeito da necessidade de reformulação do projeto. A palavra foi passada para Mara Cristina Ramos Quartezani para apresentação do parecer pedagógico. Mara Cristina fez um breve relato explicando que haviam sido feitas várias considerações em relação à estruturação e a itens que estavam faltando, como as ações de pesquisa e extensão vinculadas ao curso e o prazo de revisão do PPC. Também houve algumas questões relacionadas à nomenclatura nas ementas, entre outras recomendações. Mara Cristina informou que apenas a sugestão para aumentar o número de aulas de Inglês para 02 (duas)

aulas semanais não havia sido atendida. A palavra foi passada para Elisangela dos Santos de Oliveira, pedagoga do Campus Ibatiba. Elisangela informou que os professores da área haviam se posicionado favoráveis à oferta de Inglês Básico no 1º ano e Inglês Profissionalizante no 2º e 3º ano. Elisangela explicou que os professores tinham se reunido em função das características metodológicas e das especificidades da língua inglesa e definido que o foco para a área técnica era a leitura. Tendo em vista que os 02 (dois) PPCs estavam passando por revisão, a ideia era mantê-los na mesma lógica, isto é, Inglês Básico no 1º ano e Inglês Profissionalizante no 2º e 3º ano focando na leitura. Em seguida, Ivanete fez a leitura do parecer técnico, elaborado por Fábio da Silveira Castro, citando as adequações realizadas. Findos os esclarecimentos, a revisão do PPC foi aprovada com 01 (uma) abstenção. Para o **item 6**, apreciação da revisão do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Eletromecânica concomitante ao Ensino Médio do Campus Cachoeiro, a palavra foi passada para Maria Aparecida Silva de Souza. Maria Aparecida fez um breve relato informando que a revisão do projeto tinha o objetivo de garantir a manutenção e a oferta do curso. Maria Aparecida explicou que no 1º ano tinha muita teoria e que algumas disciplinas haviam sido divididas para que houvesse mais prática de laboratório, pois os alunos sentiam a necessidade de cursar disciplinas técnicas desde o início do curso. Em seguida, a palavra foi passada para Julio César Madureira Silva, membro da comissão responsável pela reformulação do PPC. Julio fez um relato sobre a reformulação explicando que o objetivo era tornar o curso mais prático desde o 1º ano atendendo à demanda da região. Julio citou as disciplinas ajustadas explicando as alterações que haviam sido realizadas. Em seguida, a palavra foi passada para Caroline Araujo Costa Nardoto para apresentação do parecer pedagógico. Caroline parabenizou o campus pela preocupação em buscar a melhoria do curso. Além disso, a comissão pontuou as alterações realizadas no projeto justificando o motivo de cada uma delas, deixando claro quais eram as intenções do campus. Caroline citou as recomendações contidas no parecer e explicou que o objetivo era contribuir para a melhoria do PPC. Caroline mencionou que o projeto citava as formas de oferta concomitante e subsequente e informou que era necessário definir qual seria a forma de oferta em conformidade com a Resolução CNE/CEB 06/2012. Também foi solicitada a indicação dos prazos mínimo e máximo de integralização, conforme a Resolução CS 11/2015. Caroline mencionou que o item 6.3 não constava na versão corrigida do PPC e solicitou que a comissão verificasse o que havia acontecido. Foi solicitada a inclusão do planejamento econômico-financeiro e das ações de pesquisa e extensão vinculadas ao curso. A palavra foi passada para Edilson Luiz do Nascimento para apresentação do parecer técnico. Edilson apresentou o parecer e destacou a preocupação referente ao estágio ser obrigatório, uma vez que o curso era concomitante e o aluno cursava o ensino médio em outro turno tendo uma grande quantidade de disciplinas para ainda ter que fazer o estágio. Julio mencionou que os alunos dos cursos concomitantes tinham menos dificuldades para conseguir o estágio. Edilson questionou o motivo de o estágio ser obrigatório e Julio

explicou que o objetivo era haver maior diálogo entre a escola e a empresa. Além disso, o campus tem uma planilha que relata as atividades desempenhadas pelos estudantes nas empresas com o intuito de ofertar alguma disciplina em conformidade com as atividades mais desenvolvidas e também verificar o que precisa melhorar no projeto visando avaliar a qualidade do curso na região. Sérgio fez um comentário a respeito das dificuldades de alguns estudantes para realizar o estágio obrigatório e sugeriu que o campus fizesse uma reflexão a respeito da necessidade de manter o estágio como obrigatório. Julio informou que conversaria com a comissão e que depois daria o retorno à Câmara. Edilson salientou que nos demais cursos técnicos concomitantes o estágio não era obrigatório. Findas as discussões, a revisão do projeto foi aprovada condicionada à realização dos ajustes sugeridos nos pareceres e com a recomendação da Câmara de Ensino Técnico para que o estágio fosse não obrigatório. Sérgio abriu o **item 9**, apreciação do Calendário de Reuniões da Câmara de Ensino Técnico para 2020, e apresentou as sugestões de datas das reuniões para 2020: 1ª reunião 09/03/2020 (presencial); 2ª reunião 25/05/2020 (a distância); 3ª reunião 24/08/2020 (presencial) e 4ª reunião 13/11/2020 (a distância). O calendário de reuniões da Câmara de Ensino Técnico para 2020 foi aprovado. Nada mais havendo a discutir, Sérgio Nery Simões deu por encerrada a reunião. Eu, Cristiana Aparecida Reimann do Nascimento, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes. Vitória, onze de dezembro de dois mil e dezenove.